

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

**<http://bd.camara.gov.br>**

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Marilza Salete Vial**

**O PERFIL DOS PARLAMENTARES DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS  
Quadro comparativo da 48<sup>a</sup> com a 52<sup>a</sup> Legislatura**

**Brasília  
2007**

**Marilza Salete Vial**

**O PERFIL DOS PARLAMENTARES DA CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**  
**Quadro comparativo da 48<sup>a</sup> com a 52<sup>a</sup> Legislatura**

*Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados como parte das exigências do curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo.*

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Regina da Cunha Rocha

**Brasília**  
**2007**

## **Autorização**

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: 27 de março de 2007.

VIAL, Marilza Saete

O Perfil dos Parlamentares da Câmara dos Deputados Federal – Quadro comparativo da 48ª com a 52ª legislatura. 2007. p 33.

Monografia programa de especialização em Pós Graduação – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, 2007.

Orientadora: Regina da Cunha Rocha.

**O PERFIL DOS PARLAMENTARES DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**  
**Quadro Comparativo da 48<sup>a</sup> com a 52<sup>a</sup> Legislatura**

*Monografia - Curso de Especialização em Instituições e  
Processos Políticos do Legislativo da Câmara dos Deputados – 2º  
Semestre de 2006.*

Aluna: Marilza Salete Vial

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Regina da Cunha Rocha

---

Prof Ms. Danilo Freire Pires

## **Dedicatória**

*À Cleiton Staats, esposo, companheiro, amigo e grande incentivador para que esse trabalho fosse realizado.*

## **Agradecimentos**

*A Deus, por alimentar minha alma de esperanças e entusiasmo.*

*Aos colegas de classe pela espontaneidade e alegria na troca de informações e materiais numa rara demonstração de amizade e solidariedade.*

*A todos os professores e seus convidados pelo carinho e dedicação demonstrado ao longo de toda caminhada.*

*À todos os idealizadores, coordenadores e funcionários do CEFOR, por não poupar esforços para a realização deste curso.*

*Em especial agradeço ao Deputado Federal Assis do Couto que viabilizou a oportunidade para este estudo.*

## **Resumo**

Essa pesquisa apresenta um estudo comparativo da Legislatura de 1987 e de 2003 da Câmara dos Deputados Federal, tomando como ponto de partida o levantamento de dados das duas Legislaturas citadas. Utilizou-se mais especificamente o indicador da profissão de cada parlamentar eleito e também dos parlamentares suplentes que foram ingressando no decorrer das referidas legislaturas. O objetivo perseguido nesse trabalho é tentar verificar como está a representação dos cidadãos na Câmara dos Deputados, se a Câmara no decorrer de doze anos está mais popular ou mais elitista. Apresenta ainda a discussão a respeito da democracia no Brasil feita por Norberto Bobbio e também a reflexão de Anthony Downs sobre a incerteza que o eleitor tem na hora de escolher seus representantes. Esta será mais uma contribuição para entender como o sistema político brasileiro sobre alterações ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** legislatura;Câmara; Deputados; representação; profissões/ocupações; grupos de interesse; parlamentares.



## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>09</b>
<b>1 – A Democracia no Brasil.....</b>	<b>12</b>
<b>2 – Incerteza Democrática.....</b>	<b>17</b>
<b>3 – A Representatividade do Povo Brasileiro na Câmara dos Deputados.....</b>	<b>22</b>
<b>3.1 – A composição Social da 48ª Legislatura.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 – A composição Social da 52ª Legislatura.....</b>	<b>24</b>
<b>4 – Conclusão.....</b>	<b>27</b>
<b>5 – Referencias.....</b>	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta um estudo comparativo entre a 48ª Legislatura (1987-1991) e 52ª Legislatura (2003-2007) da Câmara dos Deputados. O trabalho tem foco o levantamento do perfil das classes profissionais que são interlocutoras de grupos de interesse representados na Câmara dos Deputados Federal no período de tempo escolhido, a fim de identificar se houve modificação substancial na composição da referida Casa em um intervalo de dezessete anos.

Especificamente, lida-se com uma variável principal: a composição social da Câmara dos Deputados por meio das profissões de cada parlamentar eleito, e também dos parlamentares suplentes que ingressaram nas referidas legislaturas no decorrer de seus quatro anos de duração. O objetivo perseguido é tentar verificar como está a representação das classes profissionais e grupos de interesses do país na Câmara Federal, isto é se ao longo de cinco legislaturas, a Câmara contou com uma representação mais elitista ou mais popular.

É necessário, para tanto, definir o que se entende pelos termos elitista e popular. Para os fins deste estudo, quanto a popular, será utilizada a orientação do cientista político Leôncio Martins Rodrigues que, em seu estudo sobre o perfil dos Deputados Federais, afirma: “*está havendo uma popularização da classe política*”<sup>1</sup>. Segundo Rodrigues, houve uma redução do espaço ocupado pelos políticos originários das classes altas e o aumento dos que vêm dos vários segmentos das classes médias, principalmente dos profissionais liberais. Popular aqui, então, se define como, a participação política de vários segmentos ou grupos profissionais da sociedade na Câmara dos deputados Federal, representando uma maior parcela da população em oposição a um pequeno grupo representando parcela diminuta da sociedade.

Nesse sentido, o termo elite, de modo geral, pode ser considerado como um grupo dominante na sociedade. De modo mais específico, o conceito possui diversas definições. Para Vilfredo Pareto, elite refere-se a um grupo situado em uma posição hierárquica superior numa dada organização e com poder de decisão política e econômica<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. Entrevista concedida a Roldão Arruda, publicada no Jornal Estado de São Paulo, Edição de 25/09/2005, p. A8

<sup>2</sup> PARETO, Vilfredo. A Democracia Domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 07 de março de 2007.

Ainda pode ser, o grupo minoritário que exerça uma dominação política sobre a maioria dentro de um sistema de poder democrático, tal como definido por Robert Dahl<sup>3</sup>. Não se pretende aqui, discutir o conceito de “elite”, o que fugiria ao alcance deste estudo, mas sim o que se entende por esse termo, assumindo, nessa direção, que sempre existe uma minoria que governa e uma maioria que é governada. No caso deste estudo, falar-se-á apenas da presença dos grupos de interesse, vinculados às classes profissionais, que estão representadas dentro do Parlamento.

A escolha de tomar como ponto de partida o estudo e análise da Legislatura de 1987 se dá pelo marco importante que ela teve na história política do país. Em maio de 1985, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional que estabeleceu eleições diretas para Presidência da República e prefeituras, estendeu o voto aos analfabetos e legalizou os partidos comunistas. E em junho do mesmo ano, o Presidente da República José Sarney assinou a convocação da Constituinte, que iria funcionar a partir de 10 de fevereiro de 1987. Com isso, o país iniciava um novo processo de abertura democrática. O intuito de se comparar as Legislaturas de 1987 e 2003, é de se acrescentar ao conhecimento já sistematizado o maior número possível de informações a respeito da representatividade dos segmentos sociais brasileiros na Câmara dos Deputados Federal.

Não se pretende fazer aqui o cruzamento dos valores patrimoniais pessoais de cada parlamentar com suas respectivas profissões. Realizou-se a coleta de informações referente somente às profissões dos deputados. Procurou-se reunir elementos para a localização dos parlamentares no espaço social, ou seja, como está a distribuição de suas profissões fora do Parlamento.

A pesquisa, sobre a qual se baseia este trabalho, utilizou como principal fonte de informação a publicação *Deputados Brasileiros – Repertório Biográfico*, do Centro de Documentação e Informação da própria Câmara dos Deputados, referente à 48ª Legislatura (1987-1990) e à 52ª Legislatura (2003-2006).

Utilizou-se também, como fonte primária, dados retirados da própria página virtual da Câmara dos Deputados<sup>4</sup> que traz a biografia completa de todos os Parlamentares, não apenas da legislatura atual, como também das anteriores. Todas as análises constantes

---

<sup>3</sup> DAHL, Robert. Representação Política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 03 de março de 2007.

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.camara.gov.br>. Último acesso em 20 de dezembro de 2006.

neste estudo foram feitas em termos quantitativos, expressos em porcentagem e sem referências pessoais a este ou aquele parlamentar. Os parlamentares incluídos na pesquisa e suas respectivas profissões são os que constam das referidas publicações.

Para orientação geral da pesquisa, utilizou-se principalmente o trabalho do cientista político Leôncio Martins Rodrigues, em particular sua obra “Partidos, Ideologia e Composição Social”<sup>5</sup> e também os trabalhos de Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra, como a obra “Sistema Político Brasileiro: uma introdução”<sup>6</sup>, e mais, Norberto Bobbio<sup>7</sup> analisando a democracia Brasileira, e Anthony Downs<sup>8</sup> refletindo sobre a incerteza do eleitor .

A metodologia adotada consistiu estritamente no levantamento de dados e sua análise. Sendo assim, os procedimentos metodológicos focaram-se na coleta, tabulação e exame dos dados levantados. Trata-se, portanto, de um estudo em essência informativo, com a intenção de oferecer informações tanto para os especialistas como para todos que se interessam pela compreensão do quadro político brasileiro.

Nessa direção, este trabalho consiste em três capítulos onde serão trabalhados os dados levantados e uma conclusão, onde serão analisado os resultados da pesquisa. Assim, o primeiro capítulo será destinado à discussão de Norberto Bobbio e suas considerações a respeito da democracia no Brasil, questionando-se a relação entre o “dever ser x ser” em uma discussão mais ampla sobre o quadro político brasileiro. O segundo capítulo tratará da incerteza que o eleitor tem quando escolhe seus representantes, com base na análise de Anthony Downs, e como essa incerteza afeta o quadro representativo no Parlamento. Por fim, o terceiro capítulo apresentará os dados da referida pesquisa e sua vinculação com toda discussão a vida nos capítulos anteriores. Em seguida vem a conclusão, que trará o esforço de síntese dos resultados obtidos pela pesquisa, com o cruzamento dos dados, bem como a tentativa de responder aos objetivos delineados para este trabalho, qual seja, de revelar uma composição mais ou menos popular na Câmara dos Deputados, e com isso um exame da maior ou menor representação democrática no Parlamento Brasileiro.

---

<sup>5</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social – um estudo sobre as bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

<sup>6</sup> AVELAR, Lucia , e CINTRA, Antonio Octavio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-adenauer Stiftung, 2004. e São Paulo Editora Unesp, 2004

<sup>7</sup> BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

<sup>8</sup> DOWNS, Anthony. *Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Editora Edusp, 1999.

## 1. A DEMOCRACIA NO BRASIL

A Democracia no Brasil teve como seu grande marco a Constituição de 1988, que em seu Preâmbulo expressa de maneira clara e objetiva a vontade de se construir um país democrático.

*“destina-se a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias,...”<sup>9</sup>  
(1988)*

Imbuídos desse anseio é que os representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, organizaram a Constituição de 1988, e instituíram o Estado Democrático Brasileiro, após duas décadas de regime militar. Para Norberto Bobbio a história da democracia brasileira se apresenta sob a forma de várias promessas não cumpridas.

Bobbio faz uma comparação entre a democracia ideal e a democracia real, isto é, ele trava uma relação entre “dever ser x ser”. Em outras palavras, como uma teoria se submete e se adapta às exigências da prática social.

Como primeira promessa não cumprida, Bobbio discute o nascimento da sociedade pluralista, apresentando a noção de que o conceito de democracia nasceu de uma visão individualista em que existiria uma única vontade geral. Essa visão individualista teria sido fruto de três fenômenos: o Contratualismo, o Liberalismo e o Utilitarismo, formando um conjunto de visões que privilegia o indivíduo como soberano. Nesse sentido, não haveria sociedades particulares entre o povo soberano e seus representantes. Entretanto, as democracias atuais tenderiam cada vez mais a uma concepção pluralista, onde os grupos, e não os indivíduos, seriam os protagonistas da vida política.

Como segunda promessa não cumprida, Bobbio apresenta a idéia da revanche dos interesses. A democracia moderna deveria ser caracterizada pela representação política, e não pela representação por interesses, onde o representante persegue os interesses particulares do representado. Ao se analisar a classe política percebe-se que grande parte está preocupada com sua própria carreira política, ou seja, tem como principal objetivo a reeleição. Com isso

sua meta imediata é atender aos interesses, aos anseios, e as reivindicações de seu reduto eleitoral, cuja falta de apoio impede a reeleição.

A perpetuação da busca de interesses particulares leva à terceira promessa não cumprida apresentada por Bobbio. A persistência das oligarquias. Para entender melhor essa idéia, é preciso refletir sobre o princípio do pensamento democrático, que sempre foi a liberdade, isto é, a capacidade de governar ou legislar e se sujeitar as leis que a própria sociedade cria. Bobbio identifica que as democracias contemporâneas são caracterizadas pelo poder nas mãos das elites, e que isso gera um grande conflito entre o povo e as elites, ambos em busca do poder. Ao se analisar o quadro político brasileiro, por exemplo, pode-se perceber no caso dos representantes dos interesses agrários que dois grupos de pressão a UDR (União Democrática Ruralista) que se intitula defensora dos interesses dos donos de terra, e o MST (Movimentos dos Sem Terra) que fala em nome dos trabalhadores rurais sem terra para cultivar, estão permanentemente em conflito. Ambos buscam defender seus interesses e lutam para conseguir decisões que beneficiam seu grupo. Se não direta, mas indiretamente, existem forças agindo a favor de cada um desses grupos. O grupo representante da elite agrária (UDR), porém, detém maior representatividade na Câmara dos Deputados principalmente em razão de maior poder econômico, fortemente preponderante no processo de barganha político brasileiro, com maior influência sobre a tomada de decisões no Parlamento.

Sem uma democracia social a democracia política perde muito, o que é apresentado por Bobbio em uma quarta promessa não cumprida. Quando se analisa o desenvolvimento de uma determinada democracia, é necessário que a atenção seja voltada mais para o espaço que os votantes têm para poder participar da vida política de seu país do que para o número de votantes desse país. Encontra-se aqui uma difícil missão para a democracia.

Quando o cidadão está mais preocupado em satisfazer suas necessidades básicas a fim de assegurar sua sobrevivência, seu voto se transforma de instrumento democrático em moeda de troca em época de campanha eleitoral, quando pode “negociar” o que precisa em troca de seu apoio nas urnas. Infelizmente, a necessidade fala mais alto, e muitos eleitores acabam fazendo uso de seu voto de maneira não condizente com a democracia, deixando-se manipular por grupos que querem se perpetuar no poder, tendo

---

<sup>9</sup> Constituição Federal. Preâmbulo. 1988.

assim uma participação muitas vezes orientada, sem real expressão de sua opinião.

A quinta promessa não cumprida trata da eliminação do poder invisível. São as organizações que exercem um tipo de poder paralelo ao do Estado, ou às vezes oriundos do próprio Estado, que entretanto não têm legitimidade, muito menos legalidade. Como exemplo desse poder invisível pode-se citar o Primeiro Comando da Capital o “PCC” uma organização criminosa que tem grande poder de barganha sobre certos governantes, e que por causa disso conseguem regalias para os membros aprisionados de sua organização. Quem perde mais uma vez é a democracia, principalmente quando “o político” precisa desse tipo de aliado para se manter no poder. Nessas situações é que se pode perceber essa força invisível, esse poder paralelo, agir com maior intensidade, turvando a transparência das instituições democráticas.

Por fim, a sexta e última promessa não cumprida é a educação para a cidadania. Bobbio argumenta que nas democracias contemporâneas é visível o fenômeno da apatia política a qual se reflete tanto na prática eleitoral, quanto na participação política cotidiana. Quando se fala em prática eleitoral, não há como se omitir a discussão sobre o alto índice de abstenções onde o voto é facultativo e também sobre o aumento do voto clientelar. No que se refere à participação política, o que se percebe são os baixos índices de audiências nos horários dos programas eleitorais, a pouca participação dos cidadãos como filiados a algum Partido Político e ainda o desinteresse em discutir os vários planos de governo apresentados pelos candidatos no período eleitoral.

Nessa discussão levantada por Bobbio, nota-se que foram três os obstáculos que impediram o cumprimento de tais promessas e que surgiram devido às transformações da própria sociedade civil: o surgimento de uma tecnocracia; o aumento do aparato burocrático e o baixo rendimento do sistema democrático.

Ao falar do surgimento de uma tecnocracia, Bobbio explica que seria um governo de técnicos, originado da própria evolução das sociedades. Com o aumento significativo dos problemas políticos, aumentou também a demanda por competência técnica. Essa competência técnica requer especialistas, que formariam um corpo burocrático especializado. Tal idéia é antagônica ao pensamento dos clássicos sobre democracia haja vista que eles defendem uma democracia com participação geral, ou seja, com todos tendo o poder de decidir sobre tudo. Bobbio preocupa-se com até que ponto problemas como a inflação, inserção de produtos nacionais no mercado externo e o combate ao desemprego, por exemplo,

seriam resolvidos por pessoas leigas.

Como explicação do segundo obstáculo, Bobbio compara o sistema político como uma pirâmide, e diz que na democracia ideal o poder emanaria da base ao topo, mas que em uma sociedade burocrática, ao contrário, o poder emanaria do topo à base. Com as transformações que sociedade sofreu, começou-se a exigir que o Estado atuasse em áreas como o desemprego, seguros sociais, habitação e outras. Para conseguir atender a todas essas demandas, o Estado viu-se obrigado a aumentar o aparato burocrático, isto é, passou a ter uma máquina capaz de atender a todas essas necessidades.

Como terceiro obstáculo, Bobbio apresenta o baixo rendimento do sistema democrático, e afirma que, com a abertura maior do Estado liberal democrático, a sociedade civil também passou a exigir mais desempenho do próprio Estado, ou seja, com os cidadãos tendo muito mais direitos individuais, as demandas aumentaram naturalmente. Contudo, nenhum sistema político, por mais organizado que seja, é capaz de atender a tantas demandas.

A conclusão de toda essa discussão é que, mesmo sem cumprir as promessas e enfrentando esses obstáculos, a democracia predomina na maior parte das sociedades no mundo de hoje. Nota-se então, que existe o desejo forte voltado para a construção de regimes democráticos, enquanto que os regimes autoritários estão se extinguindo. Relembrando-se que os principais objetivos de um Estado democrático são a garantia dos direitos de liberdade, a existência de partidos políticos, o acontecimento de eleições periódicas e a existência de decisões coletivas.

No Brasil, esses direitos apontados por Bobbio, foram concedidos após vinte anos de ditadura militar, em 1984 quando o primeiro presidente civil assumiu o cargo por mãos de eleições indiretas. Desde então, o processo democrático teve grandes conquistas e os políticos e pensadores brasileiros discutem abertamente a questão apresentada por Tocqueville “só há democracia onde a liberdade política convive com a liberdade social”<sup>10</sup>.

Para Marilena Chauí, filósofa<sup>11</sup>, após o regime militar, quando a sociedade brasileira decidiu-se pela implantação do regime democrático, houve significativas mudanças como a liberdade de pensamento e de expressão, a pluralidade de partidos políticos, a

---

<sup>10</sup> TOQUEVILLE, Aléxis. O Conceito de Democracia para Toqueville. Disponível em: <http://www.cdcc.sc.usp.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2007.

<sup>11</sup> CHAUI, Marilena. Cultura Política e Política Cultural. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em : 20 de novembro de 2006.



consagração da divisão dos poderes na República garantido pela Constituição entre outras, o que trouxe entusiasmo ao povo brasileiro. Poder participar das decisões por meio da representação política, é fundamental para o cidadão sentir o quanto ele também é responsável pelo seu país. Segundo Chauí, o exercício democrático é o contraposto ao autoritarismo representado pelo o golpe de Estado, sem eleições ou partidos políticos, com o poder Executivo dominando o poder Legislativo e o Judiciário, com a censura do pensamento e da expressão, além da prisão de inimigos políticos. Portanto, ao se contrapor as condições do Estado brasileiro, pode-se definir o Brasil como uma democracia. Mas a visão democrática exclui o autoritarismo social, o qual ainda está muito presente em nosso país. A sociedade brasileira é hierárquica, com inferiores que obedecem e superiores que mandam. Além disso, Chauí afirma que existe um autoritarismo violento, baseado em racismo, machismo, discriminação religiosa, social, desigualdade econômica, exclusão cultural e política. Desse modo, a prática da igualdade e da liberdade ficam debilitadas comprometendo o exercício da democracia na sociedade brasileira.

Ainda conforme a discussão proposta por Marilena Chauí, os partidos políticos brasileiros definem-se em três tipos: os partidos clientelistas, que mantêm relações de favores com seus eleitores; os populistas, que tratam seus eleitores como um pai de família trata seus filhos menores; e, por último, os vanguardistas, que substituem seus eleitores pela vontade dos dirigentes. Tanto os favores, como o paternalismo ou a substituição evidenciam a indústria política, com a criação de imagem dos representantes por meio da mídia de massa, transformando os eleitores em consumidores.

Outra análise válida a ser levada em conta nesse debate, é a análise de Weffort, ao afirmar que a que democracia social pressupõe uma classe trabalhadora muito bem organizada, um alto grau de consenso a respeito das questões decisivas para o desenvolvimento social e econômico do país e uma sociedade com capacidade de planejamento. Francisco Weffort classificou a democracia brasileira como uma democracia de conflito, com uma sociedade muito desorganizada e dividida entre integrados e marginalizados. Enfatizou que, para consolidar a democracia, era preciso fazê-la a partir das bases populares, promovendo a capacidade de organização democrática e luta social, particularmente entre os segmentos mais pobres. Para Weffort, quanto maior a participação popular, menor a distância entre liberdade política e igualdade social.

## 2. INCERTEZA DEMOCRÁTICA

Anthony Downs inicia a discussão sobre sua teoria apresentando como a incerteza afeta a tomada de decisão governamental: “*a incerteza divide os eleitores em diversas classes porque afeta algumas pessoas mais que outras*”<sup>12</sup>. Com isso, a persuasão toma espaço nesse cenário, uma vez que alguns eleitores têm mais certeza e tentam de todo modo influenciar os que estão com dúvidas ou os menos certos. Para Downs, a incerteza gera dois critérios para fazer a diferenciação entre eleitores. O primeiro diz respeito à confiança com a qual o eleitor sustenta sua preferência partidária, já o segundo critério é o que se chama de convicção ou intensidade com a qual o eleitor defende suas opiniões.

Conforme essa discussão proposta por Downs os homens racionais são politicamente ativos, outros porém são passivos ou confusos, além daqueles que reagem à política com padrões habituais de comportamento. Visto isso, a liderança política só é possível num mundo de incertezas. Os governos, por sua vez, usam da técnica de descentralizar seu próprio poder para conseguir decifrar as opiniões de seus eleitores. Desse modo, onde há incertezas é irracional para o governo democrático tratar todas as pessoas como se fossem politicamente iguais.

Para Downs a incerteza dá origem à persuasão. Nenhum cidadão pode, de modo algum, influenciar o voto do outro se esse está certo de sua posição. Se o cidadão permanecer racional, nenhuma persuasão conseguirá fazê-lo mudar de idéia. Mas, por outro lado, assim que a incerteza surge, o que antes parecia claro e certo se torna escuro e duvidoso. Isso acontece pela falta de conhecimento do eleitor. Enquanto que para alguns eleitores a decisão permanece óbvia, apostando em um partido específico, o qual acreditam que vença as eleições, por terem as melhores propostas de governo; para outros, a decisão é muito difícil, pois paira sobre eles a incerteza de qual seria o melhor partido para depositar seu voto. A incerteza assusta o eleitor pois não consegue definir qual partido traria, mais benefícios. Precisa-se então, de mais fatos para poder estabelecer uma preferência clara. Nesse momento é que os persuasores entram em ação pois são eles que fornecem esses fatos para os eleitores indecisos se definirem conforme desejam aqueles que persuadem. Os persuasores não têm preocupação de ajudar o eleitor a se tornar menos incerto, querem sim que a certeza

---

<sup>12</sup> DOWNS, Anthony. Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Editora Edusp, 1999.

alcançada por esse eleitor esteja a seu favor, a favor de sua causa. Entretanto, apenas as pessoas que já se decidiram podem persuadir outras. Sendo assim, os persuasores estão num extremo da escala de incertezas, isto é, estão certos de sua decisão de voto. Também são extremistas quando se fala de intensidade, porque estão somente interessados na vitória, e cada vez mais preocupados em conseguir adeptos a seu favor.

Segundo Anthony, alguns eleitores são muito bem informados, e já têm sua opinião formada sobre os candidatos e partidos, já definiram seu voto, e não estão interessados em persuadir outros eleitores a concordar com eles. Esses são os chamados eleitores passivos, pois têm uma preferência partidária definida. Já os neutros são aqueles indiferentes em relação aos partidos. Todavia, nem os passivos e nem os neutros se deixam influenciar. A diferença entre eles é que os passivos votam, e os neutros se abstêm.

Segundo em sua análise, Downs distingue três categorias de eleitores: os confusos, os passivos quase-informados e os neutros quase-informados. Na primeira categoria, os confusos são aqueles que não decidiram, estão incertos de seu voto. Na segunda encontram-se os passivos quase-informados, isto é, aqueles que chegaram a uma certeza, se decidiram em favor de um partido. Na terceira categoria os neutros quase-informados são aqueles que chegaram à conclusão que não há diferença entre partidos ou governos. Se a incerteza ainda estivesse sob esses eleitores no dia da eleição, somente os passivos quase-informados é que iriam votar, pois os confusos e os neutros quase-informados se recusariam a participar de qualquer ato de uma votação.

Existem também os eleitores que votam sempre no mesmo partido em toda a eleição. Repetem a mesma decisão porque possuem todas as informações que julgam necessárias para votar. Sendo assim, acabam se tornando eleitores desinformados, porque não analisam mais a situação atual para ver se tal partido ainda está representando seus interesses. Só mudam a decisão do voto se algo de muito grave acontecer com seu partido. Downs chama de eleitores legalistas aqueles que votam sempre no mesmo partido e de apáticos os que se abstêm. De modo geral, os eleitores que decidem votar são organizados pela ordem de confiança: passivos, legalistas e passivos quase-informados. E do mesmo modo, os eleitores que decidiram se abster: neutros, apáticos neutros quase-informados e confusos.

É válida ainda nessa discussão a noção de limiares políticos, ou seja, quando um eleitor percebe que houve mudanças em seu partido escolhido. Mas ele só vai avaliar

essas mudanças se forem muito aparentes e de grande importância, caso contrário, ele não muda de posição. Pode-se dizer que este é o eleitor legalista. No que se refere ao eleitor confuso, percebe-se que pode até obter as informações de seu partido, mas a incerteza faz com que ele não mude de opinião. Já o passivo descobre que seu diferencial partidário se tornou muito grande e então começa a tentar persuadir outros a votarem com ele.

A incerteza ajuda os eleitores a observarem mais os líderes, pois são os líderes que apontam o caminho certo para seguir. Sendo assim, o conselho dos líderes sobre quais políticas aprovar e a quais devem se opor é sempre seguido. A liderança política é fundamental nas decisões políticas, uma vez que é por meio dela que se implementam amplos projetos governamentais. Entretanto, em um mundo incerto, caminhos que conduzem uma sociedade mais democrática são difíceis de distinguir daqueles que se distanciam dela. Desse modo, os eleitores podem até ter boa opinião a respeito de determinado assunto, mas quem está com a informação tem o poder de persuasão e acaba levando o indeciso a tomar a decisão que lhe interessa.

Nesse sentido, a liderança é da pessoa que tem muita habilidade de influenciar os eleitores a adotar as suas opiniões como expressão da própria vontade. Geralmente, são líderes aqueles que conseguem exercer influência sobre outros, não de dominação total, mas pelo menos algum tipo de impacto nas opiniões deles sobre qual é a melhor política para ser adotada. Em condições de incerteza, os homens necessitam de líderes para saber o que fazer, principalmente onde não há um consenso entre eles.

Nesse modelo de Downs, os líderes são motivados pelo desejo de melhorar suas próprias condições de vida na sociedade, tanto na área social, como no econômico e também político. Há, então, três tipos de líderes: os partidos políticos, os grupos de interesse e os compradores de favor. Quanto aos partidos políticos, organizam suas políticas para satisfazer os eleitores e conseguir os votos. Tentam de toda maneira convencer os eleitores que suas políticas são as melhores. Já os grupos de interesse tentam chegar ao poder (governo) para, então adotar uma política que beneficia a si próprios, e alegam estar representando os eleitores. Os compradores de favor são aqueles que querem alguma coisa de um partido e, como moeda de troca, influenciam os eleitores a votarem em tal partido. Os compradores de favor representam a si mesmos e a influência que exercem sobre os eleitores quase sempre consiste em dinheiro que eles colocam na campanha de determinado partido que

estão negociando.

Outra análise importante feita por Downs é que a incerteza influencia a estrutura de toda instituição social. O governo em uma democracia não é exceção, e para lidar com a incerteza, é forçado a empregar intermediários. Esse intermediários têm segundo Downs, duas funções que surgem da relação entre os atos governamentais e as funções de benefício individual. O governo organiza seus atos e analisa os benefícios individuais que obterá. Para tanto, precisa ter representantes do povo para explorar o que querem os eleitores, pois o eleitor decide seu voto comparando os atos do governo e as propostas dos partidos da oposição. Para construir esta estratégia, o governo manda seus próprios representantes ao povo para convencer que seus atos são os melhores. Da mesma forma agem os demais partidos que tentam convencer o povo que aqueles que estão no governo deveriam sair para as coisas melhorarem. A incerteza, nesse caso, ajuda a democracia a ser um governo representativo.

A racionalidade, em condições de incerteza, faz com que o governo construa uma política que visa atender aos interesses de alguns eleitores e não da maioria dos eleitores. Os eleitores em uma democracia não têm a mesma influência na formação de políticas, mesmo que cada um tenha apenas um voto. O que difere os eleitores é a posse de outros recursos, como a participação ativa (líderes) em uma organização que represente muitos eleitores. Apesar do direito de voto igual e universal, o governo não pode considerar cada eleitor como tendo a mesma importância que todos os outros. Um governo racional deve atribuir o peso maior aos eleitores que têm poder de influência sobre outros eleitores. Portanto, a incerteza leva o governo a ser cauteloso, pois se perder o voto de um eleitor para conquistar o voto do outro, deve analisar que benefícios esse outro voto trará; se suas chances de persuadir mais eleitores confusos a apoiá-lo é maior.

A teoria formulada por Downs, trata da incerteza como uma força básica que afeta todas as atividades humanas. A incerteza pode ser reduzida pela informação, e é isso que divide os eleitores. Os que têm menos certeza podem ser influenciados por eleitores que possuem a informação. A possibilidade de persuasão gera a competição entre os partidos políticos, grupos de interesse e os compradores de favor. Os partidos políticos organizam seu programa de governo com base nos desejos dos eleitores e, uma vez organizados fazem o possível para que todos os eleitores concordem que determinado programa é a melhor

escolha. Os grupos de interesse querem que o governo adote políticas que lhe sejam favoráveis, e ainda tentam criar uma opinião pública que sustente seu ponto de vista, buscando convencer o governo que essa opinião existe. Os compradores de favor representam apenas a si próprios, mas estão dispostos a apoiar os partidos políticos em troca de favores. Tanto os vendedores quanto os compradores nesse jogo jogam pra ganhar, definindo, assim, uma ação racional.

O modelo de Downs foi construído pensando-se em política externa e depende muito de um aparato ideológico e também de mídia que o sustente, por exemplo, no caso das políticas externas, mais especificamente a dos Estados Unidos quando invadiu o Iraque. A mídia norte-americana teve um papel essencial ajudando o governo a convencer e ter o apoio de todo seu eleitorado que naquele momento era a melhor coisa a ser feita porque o risco era muito grande de o governo iraquiano possuir forte armamento nuclear.

A qualidade das informações ofertadas aos eleitores é um requisito essencial para que o modelo de Downs seja eficaz. E nesse exemplo, a informação prestada pela mídia norte-americana, produziu grandes efeitos na população. Quem estava incerto sobre o que o governo deveria fazer decidiu-se depois de receber as informações sobre a existência de armas nucleares e de possíveis ataques terroristas utilizando tal armamento, optando em apoiar o governo para o ataque. Isso, porém, não eliminou a oposição de parte dos cidadãos aos atos praticados pelo governo da Casa Branca em sua política externa, mesmo assim, o governo saiu vitorioso porque alcançou seu principal objetivo: a reeleição.

### **3. A REPRESENTATIVIDADE DO POVO BRASILEIRO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Este capítulo traz uma breve introdução sobre os critérios usados na pesquisa e, em seguida, apresenta a análise das duas legislaturas estudadas.

A principal fonte de dados utilizada, como já se disse na introdução deste trabalho, foi o Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados da 48ª Legislatura (1987-1991) e da 52ª Legislatura (2003-2007), e também a página virtual da Câmara dos Deputados<sup>13</sup>. A cada legislatura, os Repertórios vêm se tornando mais informativos e organizados, sendo assim uma importante fonte para estudos sobre os parlamentares e sobre a classe política brasileira. A publicação traz o perfil dos parlamentares eleitos e os dados são fornecidos pelos próprios deputados. Contudo, as informações quanto aos deputados suplentes que assumiram como titulares no decorrer das legislaturas foram encontradas na página virtual da Câmara.

É importante destacar que a presente busca sempre foi pautada nos parâmetros referentes à profissão/ocupação dos parlamentares. Por isso a pesquisa ateu-se ao item “profissão” onde muitos deputados declaram habilitação em várias áreas. Desse modo, é bom que se esclareça que a soma das porcentagens é apresentada com números superiores a 100%.

A construção das profissões/ocupações foi baseada mais especificamente em dois critérios. O primeiro, foi a importância numérica, ou seja, quantos deputados tem em cada grupo ali representados. É um critério quantitativo de fundamental importância para indicar os segmentos sócio/ocupacionais de maior peso na Câmara dos Deputados. O segundo critério foi de natureza mais qualitativa porque foi guiado pela intenção de encontrar a representatividade do povo brasileiro no parlamento. O objetivo percorrido foi encontrar os elementos necessários para descobrir como está a representatividade na Câmara dos Deputados, comparando a 48ª legislatura com a 52ª legislatura.

No entanto, em alguns casos, por facilidade de expressão, as profissões/ocupações foram agrupadas. Os “comunicadores”, por exemplo, conforme denominado por Leôncio Martins Rodrigues, incluem todos os profissionais da área de comunicação de massa. Entraram nesse grupo: os locutores de rádio, os apresentadores de

---

<sup>13</sup> Repertório Biográfico da Câmara do Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987 e 2003.

TV, os radialistas, os jornalistas e os publicitários. Os denominados “agropecuaristas” envolvem todos que se declararam como produtores de alguma atividade do meio rural, sendo eles: os fazendeiros, pecuaristas, avicultores, suinocultores, sericultores e grandes produtores rurais. O grupo dos “empresários” abrange todos os parlamentares que se declararam como proprietários de estabelecimento comercial (comerciantes) e os próprios empresários. O “magistério”, grupo dos professores, que reúne todo tipo de atividade docente, do setor público ou privado, de todos os níveis do magistério.

Cabe ressaltar que não estamos levando em consideração o exercício efetivo da profissão e sim o que o parlamentar declarou como profissão/ocupação que exercia até o Ato da Posse para Deputado Federal. Porque ao declarar tal ou tal profissão já aponta qual interesse visa defender uma vez que a auto-intitulação representa a vontade de pertencer e falar por aquele grupo.

### **3.1) A COMPOSIÇÃO SOCIAL DA 48ª LEGISLATURA**

O levantamento sobre a composição social da Câmara dos Deputados da 48ª Legislatura revela que a classe política brasileira daquela época vinha basicamente de cinco segmentos profissionais/ocupacionais: advogados, magistério, empresários, agropecuaristas e comunicadores.

A pesquisa mostra a listagem de 28 profissões/ocupações. O primeiro maior segmento desta legislatura é dos advogados (ou dos bacharéis em Direito) com 36,84%. Em segundo lugar está o grupo do magistério, com 23,59% do total dos Deputados. Em seguida apresentam-se três grupos que estão com uma diferença de dois pontos percentuais de um para o outro: os empresários, com 14,26%; os agropecuaristas, com 12,90% e os comunicadores com 10,18%. De um lado essas cinco profissões dominam a composição social da Câmara em 1987. Por outro lado, algumas profissões têm apenas um único representante, e ainda muitas profissões nem mesmo têm representantes dentro do Parlamento.

No exame da tabela a seguir, deve-se levar em conta que as porcentagens referem-se ao número total de parlamentares pesquisados. Essa mesma porcentagem indica também a proporção de parlamentares que exerciam a mesma profissão/ocupação quando entraram para a política, o que não impede que pudessem ter outra, ou outras, ao mesmo tempo.



**TABELA 1. Listagem das profissões/ocupações na 48ª Legislatura da Câmara dos Deputados.**

Profissões/ Ocupações	Nº de vezes mencionada	% referente aos 589 Deputados
Advogado	217	36,84
Magistério	139	23,59
Empresário	84	14,26
Agropecuário	76	12,90
Comunicador	60	10,18
Médico	54	9,16
Engenheiro	53	8,99
Economista	32	5,43
Administrador	21	3,56
Servidor Público	13	2,20
Bancário	10	1,69
Militar	7	1,18
Contador	6	1,01
Pastores Evangélico	5	0,84
Promotor	4	0,67
Aposentado	3	0,50
Assistente Social	3	0,50
Farmacêutico	3	0,50
Metalúrgico	3	0,50
Agrimensor	2	0,33
Arquiteto	2	0,33
Procurador	2	0,33
Atriz	1	0,16
Juiz	1	0,16
Mecânico	1	0,16
Químico	1	0,16
Registrado de Imóveis	1	0,16
Secretária	1	0,16
Total	805	136,45

Obs.: A soma das porcentagens é superior a 100% porque muitos Deputados declararam mais de uma profissão/ocupação.

### 3.2) A COMPOSIÇÃO SOCIAL DA 52ª LEGISLATURA

Nessa legislatura, o levantamento dos dados apresenta um panorama diferente do que se acabou de ver. Aqui estão listadas quarenta e sete profissões/ocupações. Os advogados (ou bacharéis em Direito) continuam a se destacar e somam o total de 22,09%, dos 629 deputados pesquisados. Cabe lembrar que além dos deputados efetivos, também os suplentes que assumiram durante a Legislatura, foram pesquisados.

Para o Presidente da Frente Parlamentar dos Advogados, Deputado Luiz Piauhyllino, em uma entrevista feita pela revista Congresso em Foco (2006)<sup>14</sup>, ele aponta um dos motivos para a elevada quantidade de parlamentares ligados à área de Direito: a semelhança entre as atividades. “O Advogado sempre representa alguém, assim como o Deputado, que é o representante do povo”, diz o coordenador. Na avaliação do analista político Antonio Queiroz, Diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), também em entrevista feita pela revista Congresso em Foco (2006) declarou que os advogados têm mais visibilidade, sobretudo, porque agem coletivamente, prestando serviços, por exemplo, a sindicatos e associações. “Eles são conhecidos por muita gente e têm muitos contatos. Tudo isso se transforma em votos”, explica.

Nessa mesma entrevista feita pelo Congresso em Foco, está a opinião do vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Aristóteles Atheniense. Para ele o elevado número de parlamentares ligados à área jurídica pode facilitar na elaboração das leis, mas não traz qualquer benefício para a categoria. “O mais importante é termos Parlamentares com noção dos aspectos legais daquilo que está sendo tratado ou discutido”, observa.

No conjunto, percebe-se pelo exame da tabela a seguir, que essa legislatura tem maior pluralidade de segmentos representados. A Agricultura Familiar, por exemplo, tem cinco representantes, sendo que na 48ª Legislatura não havia nenhum representante desse grupo.

Aqui também o grupos dos advogados (22,09%), magistério (15,42%) e os Empresários (12,08%) estão na liderança da composição social da Câmara, com menos peso, contudo, continuam sendo as principais profissões dos parlamentares eleitos.

**TABELA 2. Listagem das profissões/ocupações na 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados.**

Profissões/ Ocupações	Nº de vezes mencionada	% referente aos 629 Deputados
Advogado	139	22,09
Magistério	97	15,42
Empresário	76	12,08
Médico	73	11,60
Engenheiro	58	9,22
Agropecuária	37	5,88
Comunicador	30	4,76

<sup>14</sup> Congresso em Foco. Congresso para Poucos. Disponível em: <http://www.congressoemfoco.com.br>. Acesso em: 30 de março de 2006.

Servidor Público	28	4,45
Economista	25	3,97
Administrador	21	3,33
Contador	13	2,06
Pastor evangélico	13	2,06
Bancário	11	1,74
Militar	8	1,27
Metalúrgico	7	1,11
Agricultor Familiar	5	0,79
Sociólogo	5	0,79
Ass. Social	4	0,63
Industriário	4	0,63
Técnico em eletrônica e telecomunicações	4	0,63
Aposentado	3	0,47
Enfermeira	3	0,47
Procurador	3	0,47
Corretor	2	0,31
Estudante	2	0,31
Filosofo	2	0,31
Padre	2	0,31
Promotor	2	0,31
Químico	2	0,31
Agrimensor	1	0,15
Arquiteto	1	0,15
Atleta	1	0,15
Cientista político	1	0,15
Delineador naval	1	0,15
Diplomata	1	0,15
Encanador, soldador, chapeador, etc.	1	0,15
Farmacêutica	1	0,15
Ferrovário	1	0,15
Geólogo	1	0,15
Leiloeiro	1	0,15
Matemático	1	0,15
Operador de maquinas agrícolas	1	0,15
Registrador de imóveis	1	0,15
Securitário	1	0,15
Seringueiro	1	0,15
Tecnólogo	1	0,15
Total	702	111,28

Obs.: Também aqui a porcentagem ultrapassou os 100% porque os deputados declararam mais de uma profissão/ocupação.

#### 4. CONCLUSÃO

A análise comparativa do perfil dos Parlamentares, segundo suas profissões/ocupações, da 48ª legislatura para a 52ª legislatura, revela que a Câmara dos Deputados sofreu uma grande transformação pois houve a redução do espaço ocupado pelos políticos do mesmo segmento e um aumento de políticos originários de vários grupos sociais. Tem havido também, mas em número ainda pequeno, o crescimento da presença de políticos vindos das classes trabalhadoras, como por exemplo: os agricultores familiares, encanador, chapeador, operador de máquinas agrícolas, metalúrgico, etc.

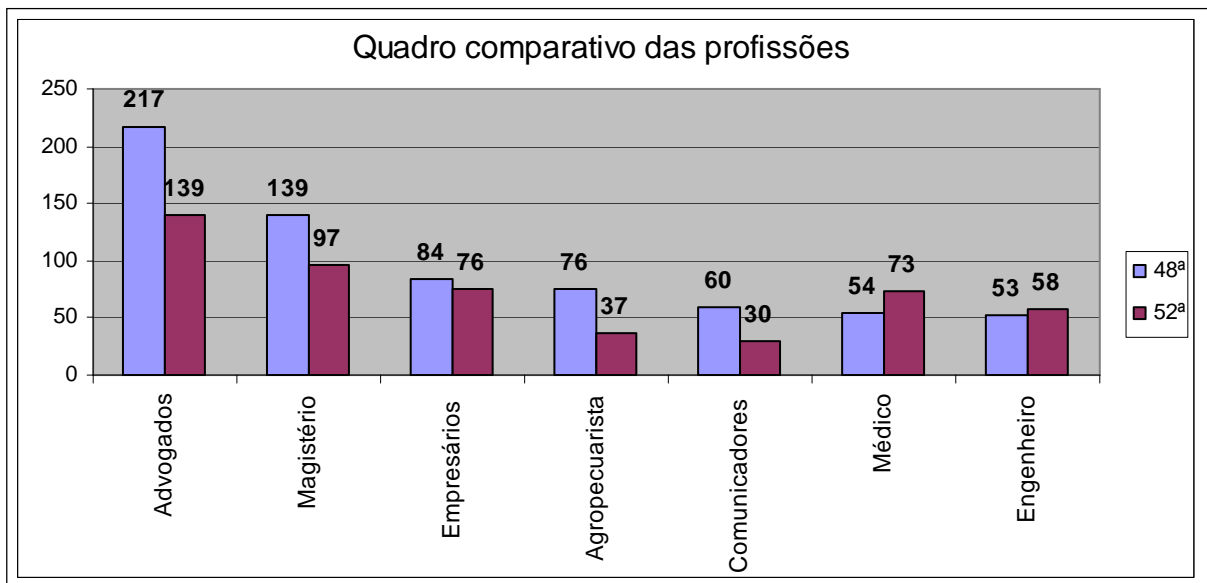
A tabela a seguir, bem como o gráfico, mostram as sete primeiras profissões/ocupações das duas legislaturas, onde comparamos os dados para entender como esta a composição social, tanto de uma quando da outra Legislatura.

**TABELA 3. Tabela comparativo das sete primeiras profissões/ocupações referente as Legislaturas pesquisadas**

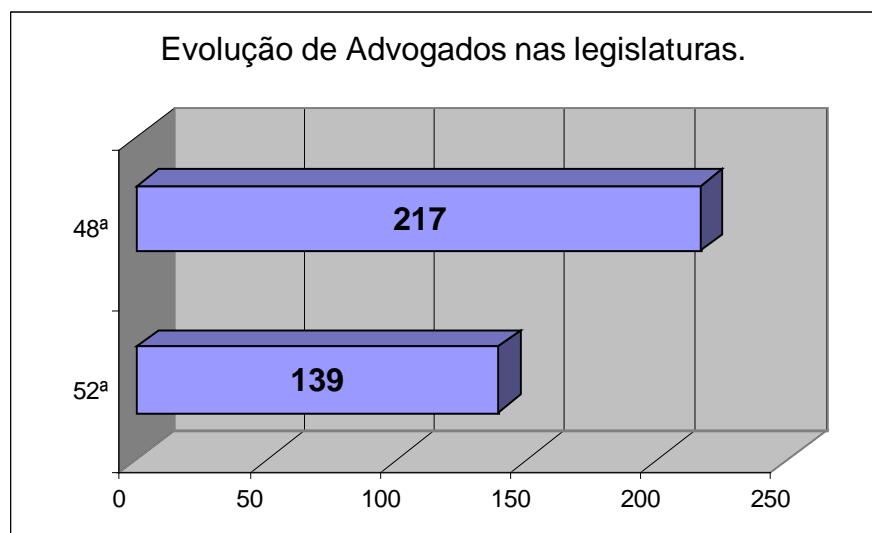
48ª Legislatura			52ª Legislatura		
Profissões/ Ocupações	Nº de vezes mencionada	% referente aos 589 Deputados	Profissões/ Ocupações	Nº de vezes mencionada	% referente aos 629 Deputados
Advogado	217	36,84	Advogado	139	22,09
Magistério	139	23,59	Magistério	97	15,42
Empresário	84	14,26	Empresário	76	12,08
Agropecuarista	76	12,90	Agropecuarista	37	5,88
Comunicador	60	10,18	Comunicador	30	4,76
Médico	54	9,16	Médico	73	11,60
Engenheiro	53	8,99	Engenheiro	58	9,22

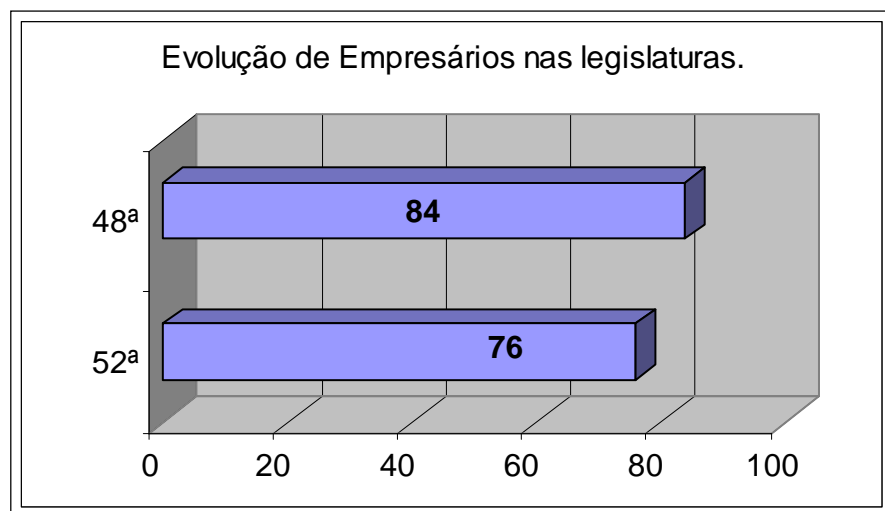
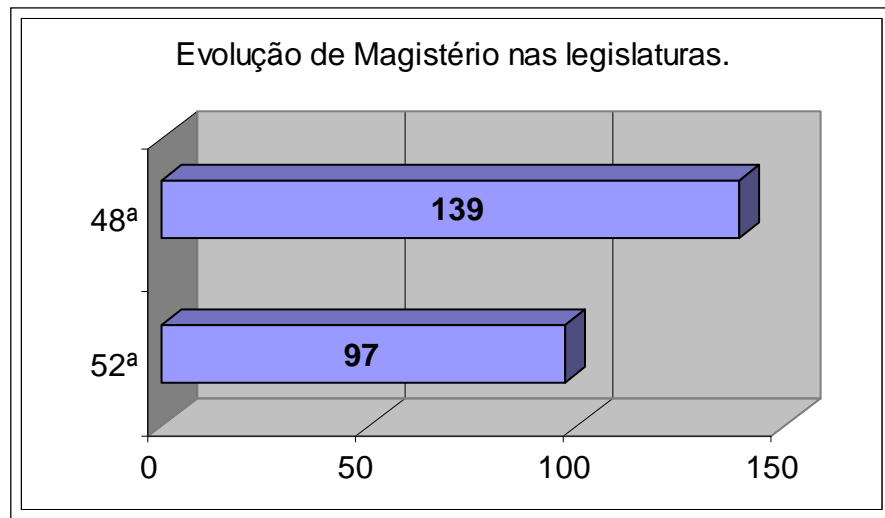
Obs.: Nas duas colunas, a soma das porcentagens é superior a 100% porque muitos Parlamentares declaram ter mais de uma profissão/ocupação.

Uma das profissões/ocupações que mais perdeu espaço, da legislatura de 1987 para a legislatura de 2003, foi o setor agropecuarista, o qual envolve todos os parlamentares que tiveram, ou ainda têm, atividades relacionadas com a agricultura de grande porte: os fazendeiros, pecuaristas, avicultores, suinocultores, sericicultores e grandes produtores rurais. Na 48ª Legislatura representavam 12,90% do total de 589 Deputados, já na 52ª Legislatura são somente 5,88% no total de 629 Deputados.

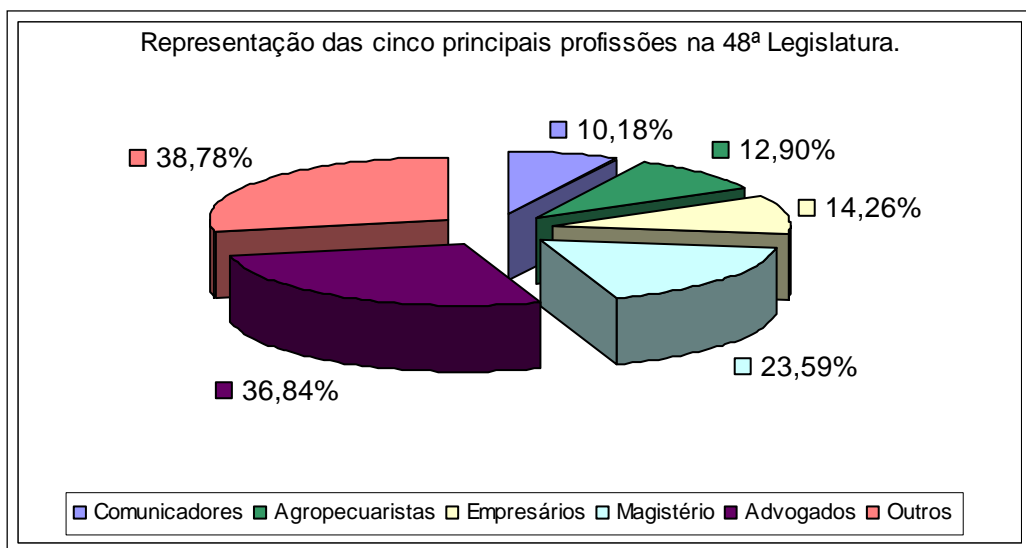
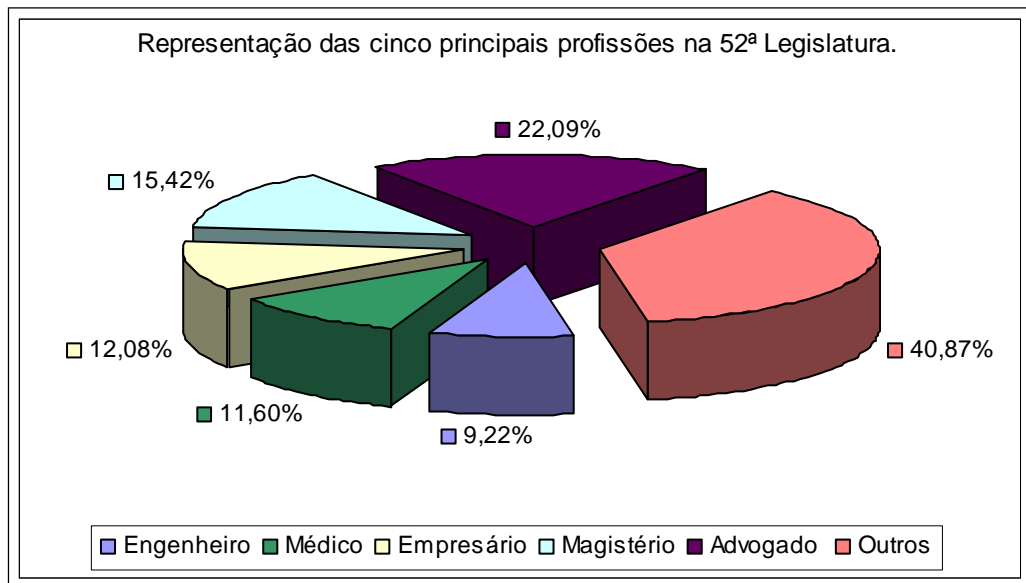


A seguir percebe-se que os gráficos indicam que os três primeiros grupos advogados, magistério e empresários tanto da 48ª como da 52ª legislatura sustentam a liderança, mas cabe ressaltar que houve uma significativa redução do número de parlamentares que compõem estes grupos e isto significa que outros grupos estão sendo representados, ocupando cadeiras no Parlamento.





As cinco profissões com maior número de representantes em ambas as legislaturas estudadas, estão indicadas no gráfico a seguir. Nas duas legislaturas a soma total dessas profissões representam mais que a metade dos parlamentares, isso mostra que os mesmos grupos de interesses conseguem se perpetuar no poder, mesmo perdendo um pouco de espaço ao longo de cinco legislaturas, eles ainda estão na liderança.



Em se tratando da composição social da Câmara Federal, percebe-se que a 52ª legislatura está com maior número de profissões/ocupações do que a 48ª, sendo assim a Câmara tornou-se no período de cinco legislaturas mais democrática no que se refere à representatividade. Houve uma popularização da classe política, conforme já citado anteriormente por Leôncio Martins Rodrigues. Do ponto de vista democrático, houve uma ampliação da participação política, ou seja, a Câmara Federal está mais popular porque está mais representativa, conforme a denominação dada ao termo “popular” no início deste trabalho.

Estes novos grupos representados por novas profissões que não existiam na Câmara dos Deputados na 48ª legislatura podem representar também novos grupos de interesse se fortalecendo e influenciando a tomada de decisão dos eleitores. Onde há eleitor indeciso os persuasores entram em ação. Segundo Downs, os persuasores não se preocupam em ajudar o eleitor a diminuir a incerteza, querem apenas que a resposta deste eleitor esteja a seu favor, a favor de sua causa.

No que se refere aos fatores que influenciaram a mudança na composição social da Câmara dos deputados, este é outro assunto a ser abordado em uma próxima pesquisa. Contudo, a garantia dos direitos à liberdade, a existência de partidos políticos e a realização de eleições periódicas para a escolha dos representantes em todas as esferas governamentais, são os principais objetivos apresentados por Norberto Bobbio para a construção de um regime democrático.



## 5. REFERÊNCIAS

AVELAR, Lucia; CINTRA, Octavio Antônio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer Stiftung, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília Ed. Universidade de Brasília., 2004.

\_\_\_\_\_. *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2005.

\_\_\_\_\_. *Direita e Esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura Política e Política Cultural*. São Paulo, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 de novembro de 2006.

CAMARA dos Deputados. Pesquisa eletrônica. [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br). Acesso em: 15 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. *Deputados Brasileiros. Repertório Biográfico 52ª Legislatura 2003/2007*. Brasília: Editora Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. 2003.

\_\_\_\_\_. *Deputados Brasileiros. Repertório Biográfico 48ª Legislatura 1987/1991*. Brasília: Editora Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. 1987.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

L'APICCIRELLA, Nadime. *Democracia no Brasil*. **Revista Eletrônica de Ciências**, São Carlos, n. 24, 2004. Disponível em: <<http://www.cdcc.sc.usp.br>>. Acesso em: 12 de setembro de 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. *A Democracia Domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo*. Rio de Janeiro, v.45, n.3, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 06 de julho de 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. *Representação Política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2006.

NETO, Casimiro. *A Construção da Democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 2003.

NASCIMENTO, Tarciso. Congresso para Poucos. [www.congressoemfoco.com.br](http://www.congressoemfoco.com.br). Acesso em: 30 de março de 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social – um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ROLDÃO, Arruda. Câmara Enfrenta onda Conservadora. O Jornal Estado de São Paulo, Edição de 25/09/2005, p. A8

WEFFORT, Francisco. *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Editora Ática, 2005.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local*. Campinas, v.11, n.2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em:30 de janeiro de 2007.